

Nº02 - OUT. 2024

revista

SERJUSMIG

www.serjusmig.org.br

1º Encontro de Delegados - Jan.2000

O SINDICATO SOMOS TODOS NÓS!

**NÃO É PRA
QUALQUER UM**

*Em meio a inúmeros
percalços, sindicato
completa seu 25º
Encontro de Delegados*

**NADA SERÁ
COMO ANTES**

*As mudanças
estruturais em curso no
trabalho dos servidores
da Justiça*

**NINGUÉM
FICARÁ IMUNE**

*RRF e Teto imposto por
Zema impactarão
carreiras e salários dos
servidores do TJMG*



revista SERJUSMIG

Sede: Rua dos Guajajaras, 1984,
Barro Preto - Belo Horizonte/
MG - CEP: 30180-101

Expediente

Diretoria:
Gestão 2022 a 2025

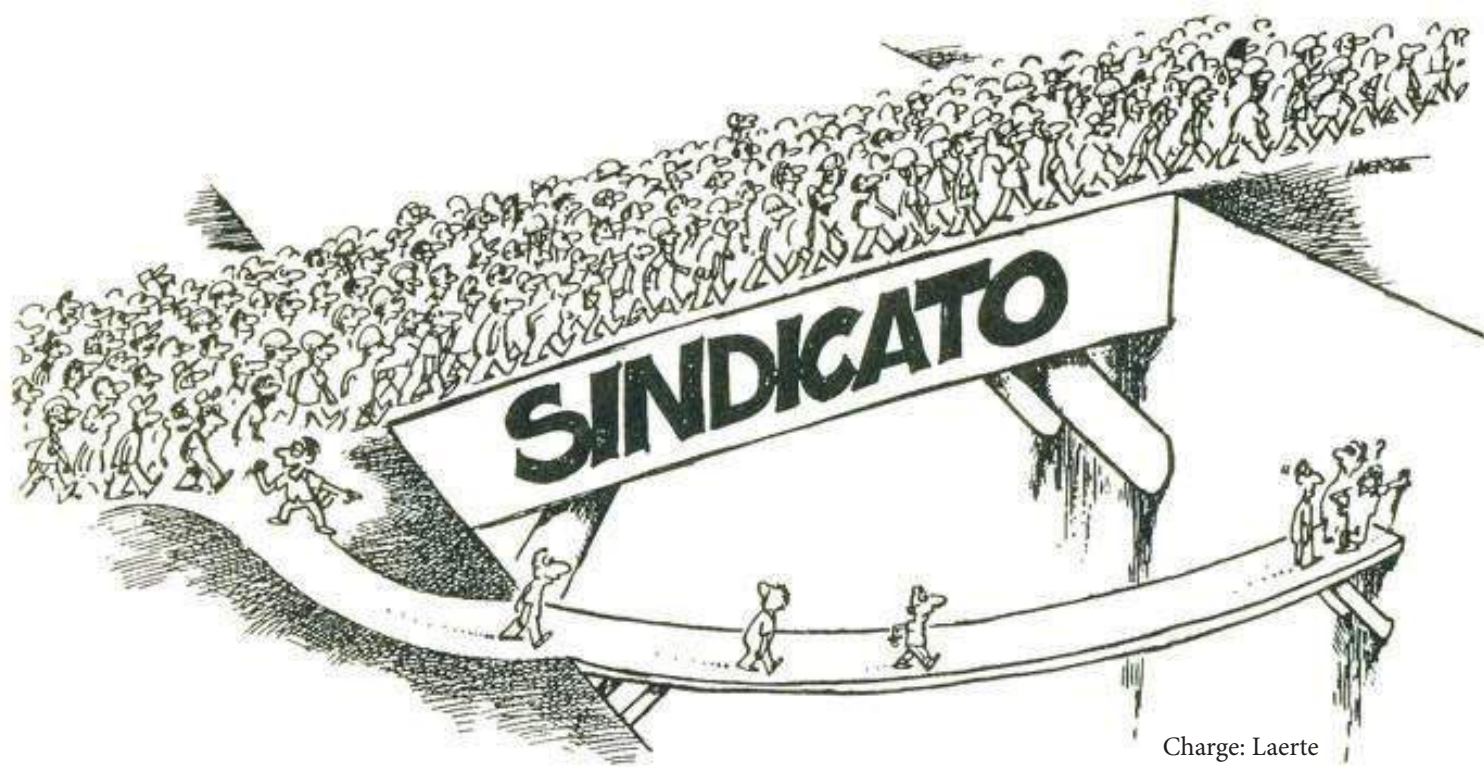
Conselho editorial:
Diretoria executiva e equipe de
comunicação

Jornalistas:
Carla Abreu, Maíra Gomes e Wallace
Oliveira

Projeto gráfico e diagramação:
Carolina Garcia

Fotos:
Equipe de comunicação e colaboradores

Edição 2 - Outubro de 2024



Charge: Laerte

NESTA EDIÇÃO

04 SINDICATO

SERJUSMIG, cadê o meu direito?

06 LUTA

O sindicato não controla as despesas do TJMG

07 DIREITOS

Ameaças que rondam o futuro dos servidores do TJMG

08 HISTÓRIA

Tradição: 25 encontros fortalecendo a formação, a união e a participação

10 ECONOMIA

Será que o TJMG ficará imune ao Regime de Recuperação Fiscal?

12 PARTICIPAÇÃO

Encontros regionais: nenhum de nós é tão forte quanto todos nós juntos

15 COMEMORAÇÃO

Aniversário SERJUSMIG: a Justiça mineira conta com a defesa do trabalhador há 35 anos.

SOMOS UMA CONQUISTA VIVA DO TRABALHO SINDICAL!

A história do SERJUSMIG é surpreendente. São 35 anos de existência, mais de 25 realizando o Encontro de Delegadas e Delegados. Quase 12 mil filiados e filiadas, dos quais cerca de 10% só na atual gestão. Fortalecimento do trabalho no interior, com uma nova regional, presença em todas as 298 comarcas e a realização dos encontros regionais.

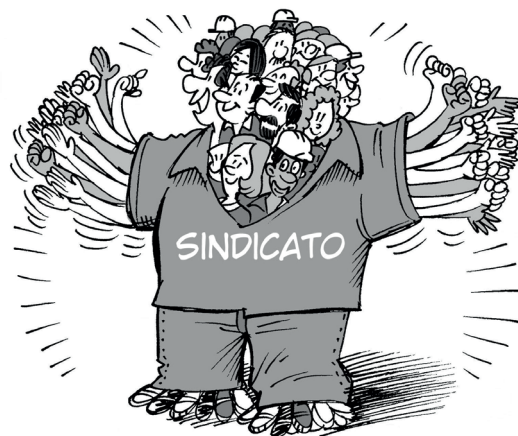
Esses avanços ocorrem em meio ao desenvolvimento de um cenário nada propício ao trabalho sindical. Segundo o IBGE, em aproximadamente uma década, a taxa de sindicalização caiu de 16,1% para 8,4% dos trabalhadores ocupados no país. No setor público, onde o percentual costuma ser maior, também foi maior a queda: de 24,5% para 14,4%!

Inúmeros fatores levaram a esse encolhimento. Destaque para a reforma anti-trabalhista, as privatizações, o aumento da informalidade e o recrudescimento do emprego de meio período, de prazo determinado, de curta duração, do emprego mediado por agências e plataformas de aplicativos. No setor público, as restrições orçamentárias dificultaram a contratação por concursos e favoreceram a terceirização.

Transformações culturais importantes também confluíram para o enfraquecimento do sindicalismo, como a maior difusão do individualismo e do espírito de competição, que joga trabalhador contra trabalhador. E o pensamento anti-sindical, frequentemente verbaliza-

do por pessoas que dependem da proteção sindical.

Fazer uma organização crescer nesse ambiente é como plantar e cultivar na terra seca. Porém, o semeador é incansável. Por trás de cada filiação, há um imenso trabalho coletivo, que envolve diretores, conselheiros, funcionários e, sobretudo, filiados que entenderam que o sindicato não é uma entidade fora e acima da categoria, mas a própria auto-organização dos trabalhadores.



É graças a essa compreensão que, mesmo atravessando a pior seca da história do movimento sindical brasileiro, podemos comemorar os 35 anos de uma entidade que segue crescendo e colhendo reconhecimento por onde passa.

Filho da redemocratização e da construção do serviço público mineiro, o SERJUSMIG é uma entidade cada vez mais forte e vital para a democracia mineira. Um salve a todos e todas, que somos frutos vivos do trabalho sindical!

SERJUSMIG, CADÊ O MEU DIREITO??

Os servidores e servidoras da Justiça de Minas Gerais recebem com frequência novidades sobre seus vencimentos, adicionais, condições de trabalho e demais garantias, sendo o SERJUSMIG o principal emissor. A cada nova informação, surgem novas dúvidas sobre esta e outras pautas: ‘SERJUSMIG, cadê meu direito?’.

No entanto, o caminho percorrido entre a idealização da pauta e a sua concretização é complexo e exige muito mais do que uma postura passiva.

O SINDICATO...

A pauta



100% das comarcas foram visitadas pela atual diretoria / Juatuba

A pauta de reivindicações é construída junto à categoria, a partir da realização de uma AGE [Assembleia Geral Extraordinária], mas, principalmente, com diálogo aberto e permanente entre a diretoria e servidores. “Por ocasião das visitas, encontros regionais e de delegados, assembleias, e a rede de comunicação do sindicato, toda a demanda da categoria é revisada e atualizada a todo tempo”, explica Rui Viana, vice-presidente do SERJUSMIG, .

Nos corredores dos fóruns e secretarias, dúvidas, solicitações, denúncias e críticas com-

plementam as páginas da pauta de reivindicações, como conta o assessor da diretoria, Franklin Almeida. “Eu adoro esse diálogo. A visita à base é essencial pra saber os anseios dos servidores, e é uma tarefa que não pode acabar nunca”, declara.

Mesmo a diretoria, composta de servidores com vasta experiência no exercício da Justiça, tem como tarefa principal no dia a dia da vida sindical a presença nas centenas de comarcas, fóruns e secretarias.

As reuniões preparatórias



Para que a negociação seja bem sucedida, é preciso conciliar mobilização com articulação política

Muitos servidores e servidoras acreditam que, em posse das críticas e reivindicações da categoria, os diretores do sindicato devem levá-las às reuniões mensais com o Tribunal, onde os rumos da conversa definirão se a conquista será ou não anunciada.

A trajetória de cada novo direito, no entanto, é complexa e vai muito além da mesa de negociação entre entidades e a administração do TJMG. “Quando chega lá, já é para deliberar de forma resolutiva sobre as questões. Porque todo o trabalho de convencimento, entendimento e demanda já foi construído

permanentemente a partir desse diálogo incessante”, explica Rui Viana.

Todos os dias, diretores e funcionários do sindicato realizam



Além de um departamento jurídico qualificado, o sindicato conta com a parceria de escritórios especializados

diversas ações buscando a conquista das pautas da categoria, com presença sistemática junto a todos os órgãos deliberativos do Tribunal. Comissões administrativas, Órgão Especial, Corregedoria, juízes auxiliares, EJEJF, servidores em cargos comissionados e demais setores são espaços onde são apresentadas as pautas, buscando mostrar os vários olhares sobre cada demanda e sugerir mecanismos de solução.

Durante as muitas reuniões preparatórias, o convencimento é feito a partir de argumentações técnicas construídas por especialistas parceiros do sindi-

cato, com o acompanhamento constante dos diretores e funcionários.

Rui Viana reforça a importância dos especialistas, e acredita que atualmente não seja possível realizar a luta de qualidade com conquistas eficientes sem tais argumentações.

“Fazemos o contraponto de forma técnica. A implementação de uma conquista é fruto da construção a partir da argumentação, onde se eleva a discussão”, declara, reforçando uma das muitas razões pelas quais o SERJUSMIG é respeitado junto à administração do TJ.

...SOMOS TODOS NÓS!

A força

Para garantir conquistas, são necessárias duas grandes forças ao sindicato: a argumentação, elaborada a partir do corpo técnico de apoio; e a mobilização da categoria, expressa nas AGEs, atos e até mesmo greves.

O SERJUSMIG conta com cerca de 12 mil servidoras e servidores filiados. Não há dúvidas da vitória que representa a quantidade de filiados, em especial os novos colegas que passaram a contar com o SERJUSMIG nos últimos dois anos.

Mas o assessor da diretoria Franklin Almeida garante que o trabalho do sindicato está diretamente ligado à participação da base em todo o estado. “Sem a retaguarda dos servidores, a diretoria está sozinha. Eles atuam de acordo com a categoria”, observa.

A servidora Renata Soares é delegada sindical no município de Piumhi há mais de 10 anos.

Ela destaca que a participação e mobilização dos colegas é a parte mais importante da luta sindical. “Muitos acham que depois que se filiaram, passaram uma procuração para o sindicato e não precisa mais ir à luta. Mas não é assim, a nossa união e participação é que vai fazer a força”, garante.

Rui Viana lembra um episódio icônico, em que a participação dos servidores e servidoras mudou o rumo das negociações.

Durante a greve de 2015, o desembargador Pedro Bitencourt, presidente do Tribunal à época, tinha postura intoleran-

te em relação ao trabalho e luta sindical e perseguiu diretores e sindicalizados. A forte articulação política, ampla participação da categoria e atos públicos constantes garantiram a liberdade sindical e o fim das perseguições.

E assim, com participação dos servidores, lutas e muito trabalho, o SERJUSMIG é construído. Já são 35 anos fortalecendo a Justiça mineira e a classe trabalhadora em Minas Gerais e no Brasil. Acesse a matéria sobre essa importante trajetória na página 15.



Manifestação em frente à ALMG exige anistia para sindicalistas e servidores perseguidos/2015



O SINDICATO NÃO CONTROLA AS DESPESAS DO TJ

Frequentemente, alguns servidores cobram dos sindicatos um andamento rápido de pautas importantes, como a reposição salarial, a PV e as remoções. A mesma pressão, entretanto, não costuma ser feita sobre o responsável pela tomada de decisões, o TJMG, que é o empregador e o ordenador das despesas.

Compete à direção sindical organizar a luta, representar a categoria em negociações e promover sua formação. Todavia, mesmo em uma ação exitosa, há um tempo próprio para tramitação das propostas e sua implementação.

Data-base

A Lei Estadual 18.909/2010 fixa em 1º de maio a data de referência para a recomposição das perdas salariais do servidor do TJ, mas, a partir daí, inicia-se uma longa luta até o pagamento da reposição, a começar pela adoção do índice cheio (inflação medida pelo IPCA).

Definido o índice, uma minuta de projeto da data-base deve ser examinada pela Comissão Administrativa, antes de ser submetida ao Órgão Especial. Depois, o texto é protocolado na Assembleia Legislativa, onde deve tramitar em dois turnos.

Na Assembleia, a proposta de recomposição precisa ser aprovada nas comissões para, então, ser votada no Plenário.

Aprovado em dois turnos, o texto segue para sanção ou veto do governador.

Com a lei publicada, a pressão volta ao TJMG, a fim de que a reposição seja implementada, com os valores retroativos, contando-se os juros e as correções.

Promoção Vertical

Pela norma do TJ, os editais de Promoção Vertical (PV) devem ser publicados em agosto de cada ano. Porém, tem sido necessária a luta sindical para garantir a publicação dos editais de PV no ano correspondente.

A definição do número de promovidos depende de disponibilidade financeira e orçamentária. Ao mesmo tempo, a Lei Estadual 23.478/2019, que unificou as carreiras, define o percentual máximo de servidores que devem compor as diferentes classes. Destarte, há um limitador legal para que todos os candidatos sejam classificados.

A partir de 2021, graças a uma emenda apresentada pela deputada Beatriz Cerqueira (PT) ao Projeto de Lei 2.308/2019 (agora Lei Estadual 23.828/2021), o TJMG foi autorizado a indicar o número de vagas em até 50% acima dos limites previstos na lei, caso haja disponibilidade financeira e orçamentária.

“Temos lutado para que não haja atraso na publicação dos

editais da PV, pelo pagamento dos retroativos com juros e correções e pela adoção e cumprimento de um cronograma do processo classificatório, a fim de conferir segurança e previsibilidade aos candidatos”, destaca o presidente do SERJUSMIG, Eduardo Couto.

Remoções

As questões gerais das remoções são regidas pela Resolução 954/2020. “Temos questionado o fato de que os editais contêm, por assim dizer, duas tabelas. Uma indica as comarcas com vagas disponíveis e outra diz que somente servidores de comarcas com superávit podem participar do processo de remoção”, critica Eduardo Couto.

A prática, segundo o Tribunal, está baseada na Resolução 219/2016 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a qual define uma lotação paradigma que, na visão do sindicato, não contribui com a melhoria das condições de trabalho.

“Se um servidor está lotado em uma unidade que não tem excedente, mas quer ser removido para outra unidade onde o déficit é maior, isso não deveria ser impedido. É justo que o Tribunal analise cada situação, levando em conta o interesse público”, reforça Eduardo.

AS AMEAÇAS QUE RONDAM O FUTURO DOS SERVIDORES DO TJ

O serviço público está com seu futuro ameaçado. Atestam-no as reformas previdenciárias, as políticas de austeridade, as terceirizações e outros ataques.

TERCEIRIZAÇÃO

No mesmo passo em que se dá a imposição de políticas de austeridade, como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), e a ampliação das possibilidades de terceirização, aumenta o trabalho terceirizado nas chamadas “atividades-meio”. E o terceirizado, em regra, recebe piores salários e tem menos garantias no emprego.

“É possível que empresas que administram essa mão-de-obra não respeitem os direitos, sobretudo nos desligamentos”, pontua Rui Viana, vice-presidente do SERJUSMIG.

Além disso, o aumento da terceirização cria um problema previdenciário, pois os terceirizados estão inscritos em um sistema distinto e, por conseguinte, não contribuem com a Previdência dos servidores públicos.

INFORMATIZAÇÃO

A informatização dos sistemas do Judiciário é necessária, mas a tecnologia deve se adequar às necessidades dos seres humanos, e não o contrário. Raquel Orlando, integrante do Núcleo de Saúde do Trabalhador, afirma que há uma introdução de novos sistemas, nem sempre com o devido treinamento e tempo de organização.

“A cada dia, surgem novos programas, que se acumulam com os antigos. O excesso de sistemas, associado com o alto volume de trabalho, não condiz com as condições ofertadas pelo TJ, quer pela ausência de treinamento eficaz, quer pelo número insuficiente de servidores”, argumenta.

QUADRO DE SERVIDORES

Outra ameaça é a não realização de concursos ou a não nomeação de aprovados, especialmente por conta da adesão do governo de Minas ao Regime de Recuperação Fiscal. Isso pode levar a um incremento do déficit de servidores, com sobrecarga e mais pressões por produtividade.

SUPERPRODUTIVIDADE

Apontado como um dos tribunaux mais produtivos do país, servidores ainda se queixam de que o TJMG não valoriza seu trabalho, nunca o considera bom o suficiente. As metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) continuam sendo ampliadas, levando à maior cobrança, violação do direito à desconexão e pressão para que trabalhadores em licença-saúde retornem brevemente.

No teletraba-

lho, as pressões são ainda mais intensas. Frequentemente, servidores são questionados por não estarem nos postos presenciais, o que potencializa a violência laboral.

JORNADA DE TRABALHO

No TJMG, predomina uma jornada diária de seis horas. Recentemente, com a conquista da remuneração adequada para quem trabalha oito horas por dia, alguns servidores manifestam interesse em migrar para uma jornada maior. Mas, em que pese o aumento salarial, essa opção pode criar novas despesas, como alimentação ou transporte. Além disso, estudos apontam que jornadas menores beneficiam a saúde.

Outra preocupação é com o impacto financeiro e orçamentário. Se executada de forma massiva, a ampliação da jornada pode comprometer o orçamento do Tribunal, dificultando a remuneração adicionada a direitos importantes, como a Promoção Vertical.





TRADIÇÃO

25 EDIÇÕES FORTALECENDO A FORMAÇÃO, A UNIÃO E A PARTICIPAÇÃO

Em 2025, o SERJUSMIG completará 35 anos de luta, mas a história dos encontros de delegados começa 10 anos depois de sua fundação. Em janeiro de 2000, na cidade de Poços de Caldas, Sul de Minas Gerais, foi realizado o primeiro Encontro de Delegados Sindicais, como um marco histórico da união dos servidores da Justiça. A partir daí, abre-se um novo ciclo organizacional e democrático, com o objetivo de aproximar, formar, debater e ouvir os trabalhadores para o fortalecimento da unidade da categoria na luta por direitos.

Desde então, os eventos reúnem os delegados das comarcas – eleitos sem nenhuma intervenção do sindicato – para serem porta-vozes dos servidores, fazendo desse o espaço mais democrático e representativo da categoria. Nele, sua voz e seu voto se fazem valer nas decisões do sindicato. Portanto, esses representantes são a ponte entre a categoria e o sindicato, e devem trazer para a entidade as considerações e demandas dos postos de trabalho de todo o estado, bem como levar para os colegas o aprofundamento dos encaminhamentos e temas debatidos.





A história dos encontros de delegados começa em janeiro de 2000 na cidade de Poços de Caldas

Além de possibilitar interação e troca de experiências, as reuniões anuais de delegados cumprem um papel de fomentar debates sobre questões essenciais que afetam a vida dos servidores públicos. Temas como Reforma da Previdência, assédio moral, conjuntura política e econômica do país, relações de trabalho, plano de carreiras, data-base, reforma sindical e trabalhista, saúde, entre tantos outros, fazem parte do enredo que vem permitindo a consolidação da consciência política e sindical e integrando a categoria em todo o estado.

Ano após ano, a diretoria se compromete com a realização desse importante evento, pois a vida sindical vai além dos seus membros, e a atuação e a participação de cada servidor e servidora são essenciais para obter conquistas. Afinal, o sindicato somos todos nós!

Na 25ª edição do Encontro de Delegados, o SERJUSMIG mantém seu princípio fundamental de orientar a união da categoria, construindo comprometimento e participação ativa por meio deste tradicional espaço de encontro.

Será que o TJMG ficará imune ao Regime de Recuperação Fiscal?

Sem votos na ALMG, de maneira autocrática, Zema (Novo) forçou a adesão de Minas Gerais ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), bem como a instituição de um teto de investimentos no estado. Para tanto, o governador obteve o aval do Supremo Tribunal Federal (STF).

Se ninguém for capaz de frear tal política, os efeitos serão sentidos ao longo dos anos pelos servidores e o conjunto da população: desinvestimentos, privatizações, congelamento de salários e carreiras, aumento da dívida mineira.

Alguns servidores, contudo, têm questionado: será que nós, do TJMG, não podemos nos livrar dessas medidas, valendo-nos da autonomia do Poder Judiciário? Ao que tudo indica, nenhum trabalhador estará imune aos efeitos nocivos do Regime.

A lei e o Teto

No artigo 8º da Lei Complementar 159/2017, que criou o RRF, constam as vedações a que os estados estão submetidos: concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração acima da inflação, criação de cargo ou alte-

ração de carreira que implique aumento de despesa, realização de concurso público que não seja para repor vacância, criação, adequação ou majoração de auxílios, criação de despesa obrigatória de caráter continuado, entre outras.

Consoante com essas vedações, o Teto de Investimentos estabelece que o conjunto de todas as despesas primárias não pode crescer acima da inflação. “Impondo um limitador geral sobre as despesas, o governo adota mecanismo semelhante ao Teto da União (Emenda 95/2016), aprovado pelo Temer (MDB). Para congelar a despesa total, o Estado terá que controlar seus componentes, como

reajustes e movimentações na carreira”, observa o economista Thiago Rodarte, do DIEESE.

Conflito distributivo

“O decreto de Zema não é explícito acerca dos vencimentos e das carreiras no TJMG”, argumentam alguns servidores. Nesse caso, cabe perguntar: se somente os direitos dos trabalhadores do Judiciário forem pagos, por quanto tempo isso será aceito pelo conjunto do funcionalismo, a sociedade e os poderes Legislativo e Executivo, considerando que a ampla maioria dos servidores estaduais sofrerá um duro arrocho por quase uma década?



A experiência dos últimos anos mostra que, onde prevalece o desinvestimento, os direitos de todos são questionados. Foi o que ocorreu, por exemplo, na conquista dos auxílios saúde e transporte para os servidores do TJ (Lei 23.173/2018). Na tramitação do projeto, o deputado

“

Por quanto tempo a sociedade aceitaria que apenas os direitos dos servidores do Judiciário fossem pagos, com a ampla maioria dos trabalhadores sofrendo um duro arrocho?

estadual Sargento Rodrigues, vinculado à segurança pública, apresentou uma emenda que impediu o pagamento retroativo a dois anos e os reajustes acima da inflação. Essa trava só foi retirada quatro anos depois, com uma emenda da deputada Beatriz Cerqueira (PT) ao projeto das datas-bases 2021 e 2022.

“O Teto de Investimentos cria um ambiente político de longo prazo que é totalmente desfavorável à negociação sindical. Nós vamos ter problemas, inclusive, nas datas-bases. Como a Assembleia vai reagir às nossas reposições, sabendo que os servidores do Executivo terão apenas dois reajustes de 3% em nove anos? Então, sim, os projetos do nosso interesse enfrentarão barreiras ainda maiores”, ressalta o presidente Eduardo Couto.

O Conselho de Supervisão

Em julho, antes da adesão de Zema ao RRF, o Conselho de Supervisão do Regime questionou o reajuste do auxílio-saúde dos

servidores do TJMG. No Rio de Janeiro, primeiro estado a ingressar no RRF, em 2017, isso não é novidade.

Em 2023, por exemplo, o Conselho de Supervisão julgou como irregular o pagamento da segunda parcela da reposição salarial dos servidores do Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal de Contas e Poder Judiciário do Rio de Janeiro. A reposição estava prevista em uma lei de 2021 e seria quitada com orçamento próprio dos órgãos e poderes, mas o Conselho intimou o Estado a revogar o ato de pagamento.

O Conselho de Supervisão, composto por um representante do TCU, um do Ministério da Fazenda e apenas um do Estado de Minas Gerais, tem acesso a todas as senhas financeiras

e contábeis no maior nível. A essa instância não eleita pela população, compete monitorar a execução do Plano de Recuperação Fiscal, emitir avaliações, recomendar providências e, em caso de descumprimento, atribuir *status* de inadimplente, o que pode render punições, como o aumento da parcela da dívida a ser paga à União.

“Se hoje já é difícil negociar com a administração do TJ, que costuma alegar dificuldades para cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, com o RRF, o Teto e o monitoramento do Conselho, serão ainda maiores os obstáculos às nossas reivindicações. Só mesmo a pressão massiva dos trabalhadores pode furar esse bloqueio”, conclui Felipe Galego, 3º vice-presidente do SERJUSMIG.



NAS SERJUSMIG

APOSENTEI: E AGORA?

VENHA FAZER PARTE DO NAS

PARA SABER MAIS, ENTRE EM CONTATO

Núcleo de Aposentadas e Aposentados:
Cássia e Kênia: (31)3025-3523 | (31)3025-3501
WhatsApp: (31)99513-6592
nas@serjusrmig.org.br | nas.sjm@serjusrmig.org.br

ENCONTROS REGIONAIS

**NENHUM
DE NÓS É
TÃO FORTE
QUANTO
TODOS NÓS
JUNTOS**

Seguindo com o projeto 100% SERJUSMIG, o Sindicato retomou a realização dos encontros regionais no ano de 2023. Com o objetivo de promover momentos de compromisso, participação e formação na luta por direitos, em 2024, quatro eventos foram realizados.

Com intensa programação, atividades formativas, debates sobre as estratégias do sindicato e confraternização, o SERJUSMIG esteve com as regionais Governador Valadares, Teófilo Otoni, Manhuaçu, Montes Claros e Belo Horizonte.

O trabalho é diário e constante, com acompanhamento, reuniões, manifestações e negociações, mas a elaboração estratégica e a demonstração de força junto ao TJMG e governos exige a participação de todos.

Em 2025, a gestão “Compromisso e Luta” pretende fechar a rodada de Encontros com o evento dedicado a reunir os servidores e servidoras da mais nova regional do SERJUSMIG: Patos de Minas.

MONTES CLAROS

Começando os eventos do ano de 2024, o Encontro Regional de Montes Claros foi realizado no mês de março, em meio à luta pela recomposição salarial, na campanha “Data-Base Já!”. Além de um momento de formação e confraternização, foi hora também de mobilizar os trabalhadores e trabalhadoras lotados nas 26 comarcas da região.



GOVERNADOR VALADARES E TEÓFILO OTONI

Seguindo a agenda recheada de formação e luta, o SERJUSMIG realizou em maio o Encontro Regional de Governador Valadares e Teófilo Otoni. Apresentando uma programação com discussões essenciais sobre a vida sindical, o momento foi fundamental também para revisar a conjuntura política atual do estado e do país.



MANHUAÇU

Já no início de agosto, o encontro foi com os servidores da regional Manhuaçu. O evento foi realizado na cidade de Ipatinga e reuniu centenas de filiados e filiadas que trataram, entre outros assuntos, da importância da luta contra o assédio moral e sexual no trabalho. Os membros do Núcleo de Saúde do Trabalhador foram responsáveis por informar sobre a estrutura da violência laboral e como combatê-la.



BELO HORIZONTE

O último encontro regional do ano, no final de agosto, foi momento de unir os filiados e filiadas da regional Belo Horizonte. O evento foi a maior das sete atividades, reunindo cerca de 400 servidores e servidoras. Contando com uma programação intensa, lembrou aos trabalhadores a importância de responder às convocações presenciais para manifestações do sindicato, principalmente na região central do estado.



UM A MAIS É MUITO MAIS!

FILIE-SE E TORNE-SE PARTE ATIVA DA LUTA DO SINDICATO



**NOTÍCIA DE
QUALIDADE É O
COMPROMISSO
DO SERJUSMIG
COM VOCÊ.**

Acompanhe
as informações
e fortaleça a luta.

**Fique ligado!
A TV SERJUSMIG
está no Youtube,
Instagram e
Facebook.**



SERJUSMIG
UNIR, LUTAR E VENCER

A JUSTIÇA MINEIRA CONTA COM A DEFESA DO TRABALHADOR HÁ 35 ANOS

Um dia chuvoso na capital do Brasil, um importante divisor de águas em sua história: a promulgação da Constituição de 1988, em 5 de outubro. Elaborada depois de mais de duas décadas de luta contra a ditadura militar, a Carta, assinada às 15h50, abre caminho para o regime democrático no país.

Entre os trabalhadores do Poder Judiciário em Minas Gerais, havia duas situações distintas: o grupo dos servidores remunerados tinha algumas garantias, ainda que poucas; o outro grupo que dava andamento ao serviço público da Justiça, trabalhava em situações precárias e sequer tinha direito ao registro de ponto. Eram os servidores não-remunerados.

Com intenso trabalho entre os colegas servidores de ambos os grupos, nasce, no dia 8 de março de 1990, o SERJUSMIG, então Sindicato dos Servidores da Justiça de Primeira Instância do Estado de Minas Gerais. O que antes fora associação de servidores remunerados, agora representava todos os trabalhadores da Justiça mineira, com uma longa história de direitos e conquistas para a categoria.

Com a estatização dos serviços judiciais e a Constituição Federal, reconhecendo os direitos básicos do servidor público – tais como salário mínimo, jornada de trabalho de 44 horas semanais, horas-extras remuneradas, licenças-maternidade e paternidade e outros, a entidade cresce e se fortalece



na história de luta da classe trabalhadora no Brasil.

Nos anos subsequentes, deu-se a regulamentação e implementação dessas e outras garantias. O alcance do Plano de Carreiras dos trabalhadores do Tribunal de Justiça forneceu segurança e equidade aos servidores; a Lei da Data-base, valorização salarial e justiça econômica.

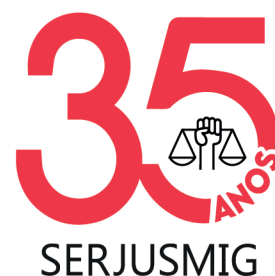
Daí por diante, somam-se muitas conquistas: 25 dias úteis de férias, vale-lanche para toda a categoria, auxílios saúde, transporte e alimentação, reconhecimento e quitação da URV, adicional de periculosidade para atividades externas, gratificação pela atividade de gerência das secretarias e contadorias, unificação dos quadros de servidores do Judiciário mineiro, edição de lei complementar estadual que dispõe sobre a prevenção e punição do assédio moral na administração pública estadual e a criação de mecanismos de combate a essa prática; regulamentação das oito horas para os cargos em comissão, além da incansável luta em defesa do concurso público.

Respeito e Reconhecimento

Em poucos anos de existência, o SERJUSMIG se tornou um dos maiores e mais respeitados sindicatos do estado, com reconhecimento nacional. Sua filiação à Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário nos Estados (FENAJUD) e a posterior associação à ASJB e ao MOSAP encorpam ainda mais a organização.

Somando aproximadamente 12 mil filiados, com delegados sindicais em quase 100% das 298 comarcas do estado, ficam evidentes a consistência, a seriedade e o compromisso do SERJUSMIG na defesa dos servidores e na prestação do serviço jurisdicional.

Que venham as comemorações dos 35 anos de lutas e conquistas!





Sede: Rua dos Guajajaras, 1984, Barro Preto - Belo Horizonte/MG - CEP: 30180-101
Telefone: (31) 3025-3500 / www.serjusmig.org.br